

EM MOVIMENTO

Organismos Universitários de Prática e Advocacia em Direitos Humanos no Brasil

10 de dezembro de 2014

Seminário Nacional de Organismos Universitários de Direitos Humanos - 26 de Novembro de 2014 - PUC-SP

Nesta edição

- 1 Seminário Nacional
- 2 Discussões do evento
- 5 Qual o papel do s Organismos Universitários ?
- 6 Organismos Universitários na prática

O quarto boletim informativo traz as discussões que ocorreram no Seminário Nacional de Organismos Universitários de Direitos

O combate às violações dos direitos humanos focado nas práticas jurídicas foi o tema do Seminário Nacional dos Organismos Universitários de Direitos Humanos, que reuniu cerca de quarenta pessoas, no último dia 26 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), na capital paulista. O encontro reuniu representantes do Escritório Modelo “Dom Paulo Evaristo Arns” da PUC-SP, Clínica de Direitos Humanos da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Clínica de Direitos Humanos da Universidade da Região de Joinville (Univille) a Clínica de Direitos Humanos do Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter) do Rio Grande do Sul.



Seminário nacional fomenta discussão sobre o combate às violações dos Direitos Humanos e atuação das Universidades

O debate também apresentou o resultado da pesquisa feita para o projeto “Fortalecimento de Organismos Universitários de Prática e Advocacia em Direitos Humanos no Brasil”, realizada entre setembro de 2013 a setembro de 2014.

Na abertura do seminário, a consultora da Fundação Ford no Brasil, Letícia Osório, destacou a importância do mapeamento feito pelos organismos universitário envolvidos na pesquisa. “Nós conseguimos identificar vários organismos e fazer uma rede nacional, com base no mapeamento que foi feito. Os organismos universitários de direito popular conseguem chegar à complexidade das violações de direitos humanos e dá suporte aos públicos vulneráveis”.

Com a abordagem sobre “Os Desafios dos Direitos Humanos na Educação Jurídica”, o primeiro painel trouxe o coordenador do Núcleo de Paz e Direitos Humanos da UnB (Universidade de Brasília), José Geraldo de Souza Júnior, que apontou o que ele considera como três grandes desafios para o ensino dos direitos humanos na formação dos operadores de direito: paradigmas epistemológicos, enfrentamento do processo de conhecimento e como dar vitalidade ao conhecimento sobre direitos humanos.

“Os paradigmas epistemológicos mostram que as pessoas pensam que sabem de tudo sobre direitos humanos, mas não sabem de nada. Há um recorte para todos os espaços, incluindo na mídia. Nessa construção, há graus de humanização que não servem para todos”.

“Por exemplo: por que pensar em datas como 25 de novembro [Dia de Combate à Violência Contra a Mulher]? Por que a mulher não tem os direitos que lhe estão assegurados. Até pouco tempo atrás, o crime de defesa da honra, ou seja, um homem poderia matar a mulher caso ela fosse infiel ou cancelar o casamento, caso descobrisse que ela não era mais virgem”, problematizou.

Para o professor, a leitura da lei deve ser feita não só como norma mas, também, como princípio. “O direito achado na rua foi escrito nas práticas dos movimentos sociais. Como exemplo, temos o direito de morar, que não existia. Na Constituição anterior à de 1988, só tinha o direito à propriedade. Era uma demanda dos favelados, que só chegou à nossa legislação por meio dos direitos humanos”.

Souza Júnior também destacou que os direitos humanos “não são nem as leis, as declarações ou as normas, mas os processos de luta que são constituintes de nossos fundamentos e atualização contínua da democracia”.

Entusiasta do aprendizado aliado à prática jurídica por parte dos alunos, o professor e pesquisador do NEV (Núcleo de Estudos de Violência) da USP (Universidade de São Paulo), Guilherme Assis de Almeida, defendeu a transformação de Direitos Humanos em uma cadeira própria. “É pertinente abrir uma maior dignidade científicos para todo esse campo dos Direitos Humanos”.

O segundo painel apresentou o balanço da Pesquisa dos Organismos Universitários de Direitos Humanos, que foi realizada entre setembro de 2013 e setembro de 2014. A pesquisadora Iris Pereira Guedes, da Clínica de Direitos Humanos na Uniritter, mostrou dados da experiência em quatro universidades do Sul do país.

Já o coordenador acadêmico do Escritório Modelo da PUC-SP, Nelson Saule Júnior, diz que, com uma amostragem de 100 instituições, o projeto contribuiu para levantar a questão do papel desses organismos dentro das universidades. Foram ressaltados os componentes essenciais para uma Proposta Pedagógica para os Organismos Universitários de Direitos Humanos.

O grau de institucionalização desses organismos no ensino jurídico e nas instituições de ensino superior em especial nas Faculdades de Direito ; o papel desses organismos na formação dos estudantes de direito em direitos humanos; A qualificação e formação de professores de ensino superior em direitos humanos; Como espaços estratégicos de produção de conhecimento em direitos humanos (investigação, teses jurídicas, metodologias de atuação, trabalhos acadêmicos).

Por fim destacou a sustentabilidade institucional e financeira desse organismos: equipe de professores e profissionais (interdisciplinaridade); estrutura administrativa; espaço físico; comunicação – utilização de veículos diversos para divulgação do trabalho, meios de interlocução interna e externa. Durante a apresentação, a coordenadora da Clínica de DH da Univille e diretora do programa de educação do IDDH (Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos), Fernanda Brandão Lapa, lembrou o conceito de "Clínicas de DH", criado nos EUA na década de 1990 com base no atendimento de clínicas médicas. Porém, ela enfatizou que, no Brasil, técnicas similares já vinham sendo exercidas desde a década de 1960, durante os movimentos de resistência à ditadura civil-militar. "O nosso país é um espaço riquíssimo, porque temos um histórico de metodologias desde antes a redemocratização".

Com base em sua experiência acadêmica, a coordenadora é categórica: "O nosso foco não é a vítima, porque nós não somos ONG, mas sim, o aluno. Se você se preocupa mais com o impacto social, você não foca no aluno".

Ao fim de sua contribuição, a professora lançou o livro "Clínicas de Direitos Humanos - uma proposta metodológica para a educação jurídica no Brasil" (Editora Lumen Juris).

Qual é o papel dos organismos universitários?

A resposta a esta pergunta foi dada por Celeste Gama Melão, professora e coordenadora do Escritório Modelo da PUC-SP e por Jacques Távora Alfonsin, professor da Unisinos e membro da ONG Acesso Cidadania e Direitos Humanos, no terceiro painel.

Para Celeste Gama, os organismos universitários são como cristais rutilados, que com pequenas canaletas de titânio, alteram a estética da pedra e servem como condutor de luz. "Os organismos universitários transformam a realidade e potencializam a luz dos componentes que dialogam nessa busca por eticidade do direito".

A professora ainda endossa a integração dos operadores de direito com as vítimas a serem representadas judicialmente. "Incorporar o valor da luta não traz conflito, mas transforma. Falar da emancipação das vítimas é pensar em integração, e uma forma ética de se estar no mundo".

Em consonância com a a professora da PUC, Jacques Alfonsi ressalta a importância de dar protagonismo aos socialmente excluídos, como negros, mulheres e pobres, por exemplo. "Essa noção de sempre termos a ideia de conhecimento restrito à universidade-livro-computador e só depois o povo é um mundo de incertezas. As vítimas são as que nos darão conteúdo".

Organismos universitários na prática

Na última mesa, composta por Valena Jacob (vice-diretora e coordenadora da faculdade de Direito da UFPA), Gutemberg Cardoso (professor e coordenador do escritório modelo da UFPB) e Gabriel Coelho Bortoni (pesquisador da PUC-SP) relataram aos participantes do seminário as experiências de Organismos Universitários em DH nas universidades em que atuam.

Gutemberg Cardoso disse que na UFPB o trabalho é focado na interdisciplinaridade de direitos com grupos socialmente vulneráveis, como quilombolas e indígenas. Segundo ele, esses grupos estão ligados às questões de conflitos de terra. "Nós acreditamos que o empoderamento do estudante irá capacitar pessoas, mas podemos expô-los a matadores, capatazes, a essas mílicas. Quando chega ao ponto de negociar algo, que seja o professor".

Também atuando em uma região complexa devido à luta de reconhecimento de terras indígenas e comunidades quilombolas, Valena Jacob explicou com a linha de atuação da UFPA é vinculada ao programa de pós graduação e tem o compromisso de formar "não apenas operadores de direito, mas pessoas com compromisso social na aplicação da prática jurídica".

Além de participar das comissões da Verdade estadual e nacional, a UFPA também integra a Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará. "Também estamos fazendo um estudo sobre o impacto da hidrelétrica de Belo Monte na população local".

Gabriel Bortoni, durante a apresentação geral dos resultados da pesquisa universidades brasileiras, enfatizou a importância dos organismos universitários de direitos humanos. "Para que difundir tanto conhecimento sobre as formas de defesa e exigência dos direitos? Para fortalecer à capacidade de grupos sociais vulneráveis defenderem e exigirem seus direitos".

Para mais informações acesse
www.organismosuniversitariosdedireitoshumanos.wordpress.com

Outros endereços eletrônicos relacionados:

www.escrioriomodelo.pucsp.br/

www.cidh.ufpa.br

www.clinicadedireitoshumanos.blogspot.com.br/

www.crdhufpb.blogspot.com.br

www.uniritter.edu.br

Equipe do projeto

Nelson Saule Jr. (Coordenador – PUC/SP)

Gabriel Bortoni (Pesquisador – PUC/SP)

Priscilla Soares (Pesquisadora – PUC/SP)

Íris Guedes (Pesquisadora – UNIRITTER)

Fernanda Lapa (Pesquisadora – UNIVILLE)

Guthemberg Cardoso (Pesquisador – UFPB)

Valena Jacob (Pesquisadora – UFPA)

Fabiane Baltruchaitis (Estagiária – PUC/SP)

Rafaela Mendes (Estagiária – PUC/SP)

Texto: Mônica Ribeiro e Ribeiro

Edição: Bianca Pyl